

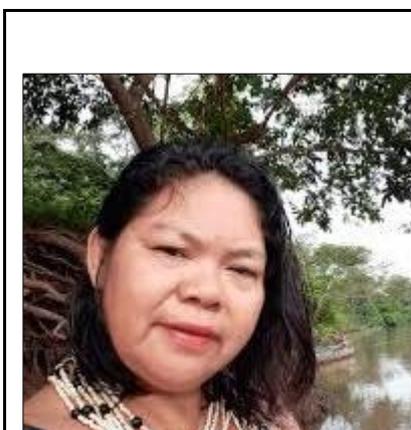
Reflorestando e Indigenalizando o conhecimento

Reforesting and Indigenousizing knowledge

Reforestación e indígenaización del conocimiento

Entrevista: Eliane Boroponepa Monzilar

Entrevistadora: Dra Andréia Rosalina Silva¹
Universidade de São Paulo



Doutora em Antropologia pela UnB, professora da Educação Básica. Oriunda da terra indígena Umutina - Mato Grosso. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt) da UnB, Licenciada em Ciências Sociais na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e especialização em Educação Escolar Indígena. “Na Universidade, não sou somente a Eliane. Represento um povo e isso é uma grande responsabilidade, não só por ser indígena, mas por ser mulher”!

E-mail: monzilar.eliane@unemat.br;

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7225836802873247>;

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-7432-7511>.

Resumo: Eliane Boroponepa Monzilar, é primeira mulher indígena doutora em Antropologia pela UnB. No ambiente acadêmico, Eliane percebeu a possibilidade de intensificar a militância em defesa de seu povo e a representatividade de seu lugar de fala. Em sua tese, a indígena agregou suas experiências, desde o processo de escolarização até a trajetória como professora e acadêmica, e apresentou os desafios e avanços da educação indígena na manutenção da cultura Umutina. “O trabalho também traz os saberes e memórias dos anciãos e lideranças, mas principalmente dos indígenas professores, que hoje se tornaram protagonistas de todo esse processo de revitalização e valorização de nossa cultura”. Eliane é professora em uma escola de sua comunidade e, em julho de 2019, tornou-se doutora pela UnB. Por sua trajetória, sabe da importância da educação pautada nos saberes dos povos tradicionais como instrumento para fortalecer sua cultura, fragilizada após os primeiros contatos com não indígenas, no século XX. (UnBNotícias, Serena Veloso, 30/07/2019)

Palavras-chave: Educação Indígena; Educação Intercultural; Povo Umutina; Povos Tradicionais; Políticas Públicas.

Abstract: Eliane Boroponepa Monzilar, is the first indigenous woman with a PhD in Anthropology from UnB. In the academic environment, Eliane realized the possibility of intensifying her activism in defense of her people and the representation of her place of

¹Pós-doutora. IPUSP, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: andreiarosalina12@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1164513999097820>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1708-8961>.

speech. In her thesis, the indigenous woman brought together her experiences, from the schooling process to her career as a teacher and academic, and presented the challenges and advances of indigenous education in maintaining the Umutina culture. “The work also brings the knowledge and memories of elders and leaders, but mainly of indigenous teachers, who today have become protagonists of this entire process of revitalization and appreciation of our culture”. Eliane is a teacher at a school in her community and, in July 2019, she became a doctor at UnB. Through his career, he knows the importance of education based on the knowledge of traditional peoples as an instrument to strengthen their culture, which was weakened after the first contacts with non-indigenous people in the 20th century.

Keywords: Indigenous Education; Intercultural Education; Umutina people; Traditional Peoples; Public Policies.

Resumen: Eliane Boroponepa Monzilar, es la primera mujer indígena doctorada en Antropología por la UnB. En el ámbito académico, Eliane vio la posibilidad de intensificar su activismo en defensa de su pueblo y la representación de su lugar de palabra. En su tesis, la mujer indígena reunió sus experiencias, desde el proceso de escolarización hasta su carrera como docente y académica, y presentó los desafíos y avances de la educación indígena en el mantenimiento de la cultura Umutina. “La obra trae también los conocimientos y memorias de mayores y líderes, pero principalmente de maestros indígenas, quienes hoy se han convertido en protagonistas de todo este proceso de revitalización y valorización de nuestra cultura”. Eliane es docente en una escuela de su comunidad y, en julio de 2019, se convirtió en médica de la UnB. A través de su trayectoria conoce la importancia de la educación basada en los conocimientos de los pueblos tradicionales como instrumento para fortalecer su cultura, la cual se vio debilitada tras los primeros contactos con pueblos no indígenas en el siglo XX.

Palabras clave: Educación Indígena; Educación Intercultural; Pueblo umutina; Pueblos Tradicionales; Políticas Públicas.

Recebido em: 22 de outubro de 2024

Aceito em: 27 de novembro de 2024

Entrevista

1. Conte-nos um pouco da sua trajetória pessoal e profissional, e sua participação política no âmbito do movimento social indígena em relação as questões da Educação Escolar Indígena.

Eliane Umutina: Então eu moro no território Umutina e atualmente eu estou morando na Aldeia Boropo. Eu pertencço ao povo Balatiponé-Umutina. Sou também professora. Fui professora da Escola Estadual Indígena Jula Pará que é dentro da Aldeia Umutina. É que no meu território são 15 aldeias dentro do território indígena. Hoje eu estou como professora cedida da Secretaria do Estado é na Universidade do Estado do Mato Grosso. Eu sempre morei na aldeia, mas a minha formação escolar e posteriormente a universidade foi toda nas escolas públicas da cidade. Eu nunca estudei numa escola

indígena. Fiz e terminei meu Ensino Fundamental e o Ensino Médio na escola pública. Eu sou da última turma de 1997, quando era o Ensino Médio profissionalizante. Eu fiz o magistério. E aí posteriormente fiquei um bom tempo sem acessar. É sem estudar. Sem ter acesso a universidade. E quando foi no ano de 2001, foi ofertado o curso em nível superior, que foi o terceiro grau indígena para os povos indígenas. Isso foi uma demanda do Movimento Indígena. De luta das lideranças e do movimento aqui do Estado do Mato Grosso. E aí meu acesso à universidade foi em 2001, junto com um projeto inovador e pioneiro a nível municipal e estadual. E até nacional e internacional, que foi o projeto Terceiro Grau Indígena. Foram selecionados 200 professores indígenas, sendo 180 professores do estado do Mato Grosso, entre outras regiões do território nacional. Então essa foi a primeira turma. Eu me formei na área de Ciências Sociais, porque o projeto atendia a formação em 3 áreas – na área de Ciências Sociais, Ciências da Natureza, e Ciências da... é Línguas, Arte e Literatura. Então eu me formei em 2006, concluindo na área de Ciências Sociais nessa formação de professores indígenas, que foi uma demanda do Movimento Indígena para que os indígenas tivessem a formação em nível superior e pudessem retornar como docente na sua respectiva unidade.

E aí posteriormente eu fiz o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília. Também foi uma experiência muito rica porque eu fui uma das primeiras a cumprir o mestrado do Povo Balatiponé-Umutina. Comecei em 2012-2013, o Mestrado numa das primeiras experiências de mestrado acadêmico para indígena e indigenista. E eu estive dentro desse grupo também. E daí eu finalizei o meu mestrado e abordei na minha pesquisa o território indígena, as vivências, sustentabilidade, trabalhando essa questão da sustentabilidade dentro do território. Então essa foi a minha pesquisa. E aí posteriormente veio o doutorado em 2015, que eu entrei. Tanto o mestrado quanto o doutorado eu fiz na Universidade de Brasília -UnB. E no meu doutorado também eu fui uma das primeiras pessoas. Eu fiz em Antropologia. Fui uma das primeiras a entrar pelas Ações Afirmativas. Foi a primeira vez que o Departamento de Antropologia abriu esse processo. E eu também fui uma das primeiras a acessar o doutorado pelas Ações Afirmativas, que foi um período riquíssimo. No mestrado a minha orientadora foi a professora Mônica Nogueira e no Doutorado foi a professora Antonádia Borges.

Bom quanto a minha participação no âmbito do Movimento Social Indígena em relação as questões da Educação Escolar Indígena, eu sempre fui uma pessoa que desde a minha formação na graduação, como professora indígena, eu comecei a atuar na minha comunidade, tanto com organização de mulheres no nível local, estadual e até nacional. Eu participei, fiz parte de uma organização estadual. A Organização Taknã, na organização de mulheres, de tutores indígenas

e no movimento de uma forma geral, participando de encontros e eventos que debatem a questão da Educação, principalmente a questão da Educação Escolar indígena. Então eu sempre estive nesse movimento.

2. A senhora acredita que houve mudanças no tratamento direcionado à Educação Indígena Escolar? Poderia apontar quais seriam seus os marcos?

Eliane Umutina: Olha sim, com muita luta. No decorrer dos tempos, a partir das lutas do Movimento Indígena, das lideranças, das pessoas que são pela causa indígena e não indígena. Os anciões. Foi uma luta que vem conseguindo um avanço muito grande na legislação, principalmente com a Constituição de 1988. Depois vieram outras leis que contribuíram muito para ir fortalecendo o movimento e dando visibilidade. Assim, tivemos um grande avanço sim, porém eu vejo que nós temos muito mais para lutar e avançar na questão da Educação visto que é um direito que está na legislação. E para a gente consolidar esse direito na íntegra a gente precisa lutar. Precisa ter esse diálogo e a mobilização, essa articulação com os governos para que possam estar colocando na prática e na íntegra o que consta nas leis. Então assim, eu vejo que foi um avanço ao longo dos anos, porém precisa avançar cada vez mais.

3. Como a senhor analisa a forma como as escolas não-indígenas abordam a temática indígena? E o que precisaria ser revisto ou mudado?

Eliane Umutina: Fazendo uma comparação com uns 10 anos atrás, 20 anos atrás, hoje o contexto é totalmente diferente. Hoje nós temos a Lei 11.945/2008, uma legislação que fala, orienta, que propõe que o trabalho nessa questão das temáticas, para que as questões indígenas sejam respeitadas. Eu vejo que ao longo das décadas vem sim avançando cada vez mais porque até então não se falava nas questões indígenas na sala de aula e hoje sim. Hoje o contexto da discussão está em pauta, nas escolas, nos espaços públicos e universidades. E isso tem dado visibilidade a esta temática. Eu digo isto porque tive uma experiência quando eu estive como professora. É eu estive como gestora 3 anos na escola e a gente teve um projeto que foi, que foi o intercâmbio intercultural. E o que é esse intercâmbio? É fazer, trazer pessoas não indígenas e mostrar quem é o seu “público-alvo”. Sejam os estudantes não indígenas, seja os da escola público ou privada, para ir à aldeia e conhecer a realidade, e fazer essa imersão. E ter esse conhecimento da cultura dos povos indígenas. Então, a partir do momento que essa lei entra em vigor, ela proporciona que este público não somente esteja conhecendo, indo em lócuo para conhecer a realidade dos povos indígenas, mas também esteja fazendo essa discussão

dentro do espaço escolar, tanto da questão indígena e também quilombola. Então eu vejo que isso tem avançado mais nessas discussões.

4. Com relação a formação de professores indígenas quais os desafios apresentados? A senhora vê avanços?

Eliane Umutina: É igual hoje. Eu venho de uma formação específica e diferenciada, porque eu sempre atuei no Ensino Básico, e hoje, atualmente estou como professora e coorientadora de uma turma de Licenciatura Intercultural na formação de professores. Eu vejo que um dos desafios maiores é de como você fazer essa abordagem em outros espaços, porque por mais que você tenha uma discussão, que fomenta e debata, e faça com que as pessoas interajam com outra cultura através de um diálogo, de uma discussão e de uma visita a campo desses povos, ainda existe uma resistência que a sociedade ainda tem com esses segmentos, com os povos indígenas. Então eu vejo que esse é um desafio. Que poderíamos dizer que é uma “cinza” da questão do pensamento eurocêntrico. Então eu vejo que este é um grande desafio. E no contexto atual principalmente nessa globalização onde o poder e essa questão do individualismo está muito, assim, crescente. Então eu vejo que isto também é um dos desafios, que eu enquanto professora sinto isto, seja na formação de professores indígenas, seja na de professores não indígenas. Eu tive a experiência então, esse é um grande desafio.

5. Você percebe algum avanço sobre isso?

Eliane Umutina: De uma forma geral, igual, como exemplo no meu espaço onde estou, que é o espaço de uma universidade onde 20 anos atrás isso era impossível. Então assim a minha presença não somente na universidade, mas a presença também de mulheres e homens de povos indígenas, quilombola tem avançado mais, porque nós estamos quebrando paradigmas em estar em certos espaços que a 20 anos atrás era impossível imaginar. E hoje não. E hoje a gente está nesses espaços dialogando. Conversando apesar de que nesse diálogo a gente busca que seja pacífico. Mas sabe que nem sempre tem. Temos uma diversidade e esse diálogo pode ser simétrico e assimétrico ainda mais também. Então eu entendo que tem tido um grande avanço, mas ainda é pouco. Eu vejo que são trabalhos que estamos fomentando. É uma planta que está florescendo aos poucos. Muito lentamente. Então esse avanço, ele é nítido, mas precisa avançar ainda muito mais.

6. Os recursos/financiamentos para a Educação Indígena Escolar têm sido suficientes para elaboração de material didático, recursos pedagógicos, infraestrutura das escolas, na sua opinião?

Eliane Umutina: Então este também é outro grande desafio. Precisamos de investimento principalmente nesta questão dos materiais didáticos e de estruturas. Igual, eu estou tendo essa experiência de ir a várias comunidades indígenas e eu tive a oportunidade de conhecer algumas comunidades quilombolas aqui da minha região. E aí você vê ainda aquela fragilidade, aquelas lacunas, aquela precariedade na estrutura. A questão da logística. De transporte. E em algumas comunidades até a questão da formação de professores mesmo. A questão do material é uma coisa que a gente vem discutindo muito com o governo do estado, por políticas que venham promover e fortalecer essas profissões. Então, eu vejo que ainda há uma lacuna muito grande em relação a formação e as estruturas, principalmente para as comunidades que estão mais distantes da capital. E principalmente naquelas que o trajeto tem que ser de barco, ainda há essa precariedade. Nestas comunidades que ficam muito longe e de difícil acesso.

7. Na sua opinião qual a importância dos Territórios Etnoeducacionais enquanto instrumentos da gestão indígena?

Eliane Umutina: E até hoje a gente estava discutindo sobre isso, porque assim, é uma política e se realmente essa política fosse fomentada e retomada, teríamos uma política que viesse a beneficiar os processos educativos dos povos. Eu vejo que é uma política muito boa para os povos indígenas porque ela abarca de uma forma geral, não é só no limite de um território. Mas sim numa integração, absorvendo a pluralidade dos territórios que estão circunvizinhos. Ela é muito ampla. Então, eu vejo essa importância de ser uma política pública para que possa melhorar a qualidade na Educação. Eu vejo isso como muito positivo, essa retomada que o MEC, que a equipe da Educação e o Estado vem fazendo nesses diálogos. E de uma forma geral que isso vem sendo retomado. Hoje mesmo um professor estava discutindo sobre essa questão dos territórios etnoeducacionais por ser uma política que está a nível nacional. E que isso viesse realmente a fortalecer e ajudar nas discussões. Mas eu vejo sim algo muito positivo.

8. Considerando sua experiência como educadora que recomendações e/ou indicações poderiam ser elencadas para que se pratique uma educação intercultural no Brasil hoje?

Eliane Umutina: Assim, eu acho que uma das recomendações... Eu acho que para ambas as partes, a questão do Movimento Indígena, a auto-organização e a articulação com os

povos, nós temos feito isso, fazendo um diálogo com os governantes a nível municipal, estadual e federal. E que eles possam realmente criar políticas públicas que venham atender a questão da especificidade para que a educação intercultural possa estar sendo bem executada e exercida na prática. Eu acho que é essa construção de políticas públicas. A questão da valorização. E isso a nível nacional. E quanto a questão das universidades, de fortalecimento mesmo, trazendo esse acesso para os povos originários, os quilombolas. O acesso ao Ensino Superior. Também não é só o acesso, a entrada, tem a permanência desses sujeitos dentro do espaço da universidade. Porque tem que se pensar a permanência sobre todos os aspectos. A questão social, cultural, a logística, o financeiro. Então, é buscar políticas que garantam essa permanência. Abordando todas essas questões. Construir junto, porque só assim vai mostrar que não é só o conhecimento científico, que existem novas formas de fazer e construir novos conhecimentos.

9. As experiências vivenciadas por você como professora na comunidade e na universidade são muito distintas?

Elaine Umutina: Eu falo assim que foram muitos desafios complexos, porque na minha comunidade nós temos as políticas internas e conhecemos. A gente tem uma organização e articulação com as instituições externas, governos e Ong's, mas na universidade é um outro contexto. Eu creio que é um panorama mais complexo. E uma política mais tensa também. Mas que para nós ao acessar e estar na universidade a gente quebra o paradigma dessa ciência eurocêntrica absoluta, trazendo a questão indígena. *Trazendo é... reflorestando e indigenalizando o pensamento*, não é. Então a partir do momento e das experiências que eu fui tendo enquanto professora e coordenadora de uma instituição pública, eu fui quebrando paradigmas de que um indígena também é capaz de mostrar a sua potencialidade. De mostrar não somente a sua potencialidade, mas de trazer esses saberes também é uma ciência. E essa ciência precisa ser dialogada, fortalecida e respeitada acima de tudo. Então assim, a minha experiência tem proporcionado esses avanços, como também resistência e desafios. Mas estar nesse lugar também é uma forma de fazer a universidade pensar outras formas de políticas que venham atender essa demanda dos povos originários.

Referência

MONZILAR, E. B.. A Educação e a Escola do Povo Umutina na Aldeia Umutina. *INTERETHNIC@ - Revista De Estudos Em Relações Interétnicas*, v. 22, p. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/20904>

MONZILAR, E. B. . Território Umutina: vivências e sustentabilidade. *Revista Tecnologia E Sociedade (Online)*, v. 14, p. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7265>.

MONZILAR, E. B.. Intercâmbio de saberes: vivências interculturais no contexto da conferência dos povos indígenas do Suriname. *Olhares Amazônicos*, v. 06, p. 1, 2018.

UnBNotícias/Secom UnB. Serena Veloso, 30/07/2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/3068-professora-do-povo-umutina-e-primeira-mulher-indigena-doutora-em-antropologia-pela-unb>.